

## **Turismo e parques no litoral do Paraná (Brasil): Breve estudo sobre o Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange**

### **Tourism and coastal parks from Paraná (Brazil): Brief study on the National Park Saint-Hilaire/Lange**

#### **Sidney Vincent de Paul Vikou**

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná  
- UFPR, Curitiba/PR, Brasil  
E-mail: viksdney@gmail.com

#### **Marcelo Chemin**

Professor do Programa de Pós Graduação em Turismo e do Programa de Desenvolvimento  
Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba/PR, Brasil E-mail:  
marcelochemin@uol.com.br

#### **Cinthia Maria de Sena Abrahão**

Professora do Programa de Pós-Graduação em Turismo e do Programa de Desenvolvimento  
Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba/PR, Brasil E-mail:  
cisena@terra.com.br

*Artigo recebido em: 05-02-2016*

*Artigo aprovado em: 16-03-2017*

## RESUMO

No Estado do Paraná a região litorânea pode ser analisada por sua riqueza ambiental e por sua dinâmica vinculada à atividade turística. Possui um dos últimos remanescentes bem conservados do bioma da Mata Atlântica e representa uma das mais relevantes regiões turísticas do estado. Na atividade turística há o predomínio do segmento de turismo de sol e praia nos meses de verão, apesar da sua grande riqueza natural que pode estimular a visitação aos parques da região durante o ano todo. Nesse artigo objetivou-se analisar o Parque Nacional de *Saint Hilaire/ Lange* em três frentes relacionadas ao turismo: a) contexto dos parques da região; b) oferta turística e gestão e c) atividades e uso turístico. No que tange aos procedimentos metodológicos, a pesquisa se classifica como exploratória, englobando a revisão bibliográfica e análise documental. A entrevista ao gestor do parque, baseada em roteiro estruturado, foi utilizada como estratégia de coleta de dados primários, além de acesso a base de dados de órgãos vinculados ao estudo. Como resultado foi identificada elevada potencialidade, embora poucas são as atividades turísticas efetivamente desenvolvidas no parque. Foram observados obstáculos ao desenvolvimento da atividade turística na Unidade, em particular a baixa estimulação da demanda turística e a insuficiência da oferta de serviços. Conclui-se que o uso turístico deste Parque requer investimentos na sua estrutura de visitação e trabalhar melhor a visibilidade de seus atrativos, o que, por sua vez, seria substancial para a sustentabilidade da Unidade de Conservação.

**Palavras-Chave:** Parque Nacional *Saint-Hilaire/Lange*. Parques. Turismo em Áreas Naturais.

## ABSTRACT

In the state of Paraná the coastal zone can be analyzed for its environmental wealth and its dynamics linked to tourism. It has one of the last of the Atlantic Forest biome and is one of the most important tourist regions of the state. In tourism, there is a predominance of sun and beach tourism segment in the summer months, despite its great natural wealth that can stimulate visitation to the parks in the area year-round. This article aimed to analyze the National Park of Saint Hilaire / Lange on three fronts related to tourism: a) the context of the parks in the region; b) tourism and management and c) activities and tourist use. Regarding the methodological procedures, the research is classified as exploratory, encompassing literature review and document analysis. The interview with the park manager, based on structured script was used as a strategy for primary data collection, as well as access to organ database linked to the study. As a result has identified high potential, however, there are few tourist activities effectively developed in the park. Moreover, there were some obstacles observed for the development of tourism in the unit, particularly the low stimulation of tourism demand and insufficient supply of services. We conclude that for an effective tourist use of this Park is necessary to invest in their visitation structure and work better visibility of its attractions, which, in turn, would be substantial for the sustainability of the protected area.

**Keywords:** National Park Saint-Hilaire / Lange. Parks. Tourism in Natural Areas.

## 1. INTRODUÇÃO

A criação de áreas naturais protegidas em escala mundial para conservação da natureza e educação ambiental é uma prática assertiva frente aos múltiplos e complexos processos de degradação ambiental. No que diz respeito aos esforços de conservação realizados no Brasil, destaca-se a Lei nº 9.985 de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

O SNUC, regulamentado pelo Decreto Nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Sua origem está na atenção concedida ao tema no âmbito da Constituição Federal de 1988, especificamente Art. 225 (Brasil, 1988), que trata do direito ao meio ambiente como bem de uso comum e diretamente relacionada à qualidade de vida.

O SNUC pode ser entendido como o conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais que atendem aos objetivos de conservação e preservação da biodiversidade. Dentre os objetivos das Unidades de Conservação dispostos no Art.4º, o que mais diretamente diz respeito à viabilidade do turismo em tais Unidades, explicita o seguinte: “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (Brasil, 2000).

No Brasil estão instituídas 1.940 UCs, das quais 586 são unidades de Proteção Integral. Neste conjunto, 361 são Parques, que respondem por 22,4% da área total das UC's no Brasil. Tais dados explicitam a relevância dessas Unidades, em particular dos Parques, o que por sua vez, remete à pertinência dos estudos sobre o uso desses territórios, bem como do desenvolvimento da atividade turística.

O litoral do Estado do Paraná, foco dessa pesquisa, se destaca nacionalmente pela concentração de Unidades de Conservação. Em seu território estão inscritas 32 diferentes tipologias de Unidades de Conservação (federais e estaduais), com um total de 12 parques que atendem ao objetivo de preservar a biodiversidade e favorecer o desenvolvimento do turismo ecológico (Chemin & Abrahão, 2014).

Além dos aspectos concernentes a história e cultura do litoral paranaense, de suas duas baías (Paranaguá e Guaratuba) e da Serra do Mar, a região se destaca em função da paisagem marcada pela Mata Atlântica, um dos 25 *hotspots*<sup>1</sup> mundiais da biodiversidade (Tabarelli et

---

<sup>1</sup>No campo ambiental, o termo *hotspot* é utilizado para designar áreas com grande concentração de riqueza de espécies

al., 2005; Myres et al., 2000). Em vista disso, são antigas as medidas de preservação neste litoral, que alteram sua configuração territorial e também lhe projetam internacionalmente.

Nesse sentido, em 1991 a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) reconheceu a importância da região, e delimitou a primeira Reserva da Biosfera em território brasileiro. Em 1999, as reservas de Mata Atlântica do Sudeste, da qual o litoral paranaense é parte integrante, receberam o título de Patrimônio Mundial (Fonseca Neto, 2015; UNESCO, 2015).

Apesar de possuir diversificados atributos naturais e número expressivo de parques, o turismo de sol e praia constitui o principal segmento turístico da região. Conforme PDITS (2010) existem 73 atrativos turísticos identificados neste litoral, 23% estão ligados ao segmento de sol e praia; 24% ao ecoturismo e 14,7% a aventura, restando ainda 25% relacionados ao turismo cultural. A princípio é possível destacar o sub-aproveitamento turístico de unidades de conservação, condição típica no Brasil, tal como demonstrado pelo estudo realizado pelo Instituto SEMEIA (2014).

Com efeito, diante da necessidade de desenvolvimento e sustentabilidade das unidades de conservação, a pesquisa que derivou esse artigo objetivou analisar o Parque Nacional de *Saint Hilaire/ Lange* em três frentes relacionadas ao turismo: a) contexto dos parques da região; b) oferta turística e gestão e c) atividades e uso turístico. Criado em 2001, esta Unidade, com área aproximada de 25 mil hectares e que abrange os municípios de Matinhos, Guaratuba, Morretes e Paranaguá, é uma das 6 da tipologia parques do litoral paranaense que estão abertas a visitação. Ocupa um trecho da Serra do Mar, conhecido como Serra da Prata.

O artigo está organizado em três partes. A primeira apresenta a metodologia aplicada para consecução da pesquisa; a segunda dispõe de breve revisão da literatura a respeito da relação entre turismo e unidades de conservação (UC), com destaque para experiências sobre uso turístico e educação ambiental em parques. A terceira parte discute o Parque Nacional Saint-Hilaire Lange nas três frentes indicadas de acordo com os objetivos da pesquisa.

## 2. USO TURÍSTICO DE PARQUES

Dentre as tipologias de unidades de conservação, especialmente as relacionadas à categoria de Proteção Integral, os parques foram concebidos com o objetivo de:

[...] preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Brasil, 2000).

Para Leuzinger (2010) a diferença entre parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas reside, basicamente, na possibilidade de visitação. Os parques, no contexto das Unidades de Conservação de Proteção Integral, são as estruturas mais propícias para se desenvolver ações de educação ambiental por meio do uso turístico. Em outras palavras, isso quer dizer que o propósito inicial que embasou a criação dos Parques, além da proteção da biodiversidade, diz respeito ao uso público proporcionado pelos mesmos.

De acordo com Rodriguez (2009, p.46) “as motivações de ‘origem’ dos parques nacionais estão fortemente influenciadas pela proteção de locais de grande beleza cênica, para fins de contemplação e lazer”. Isso significa que a beleza cênica ou a riqueza biológica que desencadeou a criação do parque passa também a ser contemplada pelos visitantes que, por sua vez, têm a possibilidade de desenvolver atividades recreativas nesses locais em contato com a natureza.

Henry-Silva (2005) ressalta que o Brasil, apesar da riqueza biológica e diversidade de ambientes naturais protegidos, ainda desperdiça uma fonte valiosa de recursos, visto que um número reduzido de turistas visita anualmente as unidades de conservação. Nessa direção, a elaboração do plano de manejo constitui um subsídio de suma importância para tanto estimular como orientar as ações de uso público.

Conforme apresentado por Rodriguez (2010, p. 55), "algumas atividades, como a exploração comercial de produtos ou serviços de apoio à visitação e ao turismo, somente são permitidas se previstas no Plano de Manejo e mediante a apresentação ao conselho da unidade". Isso posto, pode-se considerar que a ausência de plano de manejo pode suprimir do parque significativa fonte de arrecadação.

De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)<sup>2</sup> os Parques Nacionais possuem registros de 37 milhões visitantes. Os dados apresentados na Tabela 1 retratam crescimento de visitação que varia entre 10 e 16%, sendo o ano de 2010 considerado atípico (1,94%) e os anos de 2009 e 2011 os de maior incremento a visitação (respectivamente 16% e 20%). No conjunto os dados sugerem um interesse crescente da sociedade em relação ao uso dos parques. Outro aspecto interessante é que os

---

<sup>2</sup> Autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, cuja criação remonta a 2007 (Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007). Integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e possui funções de pesquisa, planejamento, gestão e fiscalização no que tange às Unidades de Conservação.

cinco parques mais visitados no Brasil representam entre 81% a 84% dos fluxos totais, sendo que os Parques Nacionais de Tijuca e Iguaçu concentram a maior parte deles (QUADRO 2).

**TABELA 1: VISITAÇÃO AOS PARQUES NACIONAIS ENTRE 2007 E 2014**

Anos	Número de visitantes	Percentual de crescimento
2007	2.997.450	
2008	3.383.794	13%
2009	3.914.709	16%
2010	3.990.658	2%
2011	4.781.139	20%
2012	5.431.319	14%
2013	5.951.642	10%
2014	6.594.870	11%
<b>TOTAL</b>	<b>37.045.581</b>	

**FONTE: ICMBio (2014).**

[http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/planilha\\_e\\_grafico\\_visitantes\\_UC\\_2007\\_a\\_2014\\_-\\_dcom.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/planilha_e_grafico_visitantes_UC_2007_a_2014_-_dcom.pdf)

Além de serem os dois parques nacionais mais visitados, o Parque Nacional da Tijuca e o Parque Nacional do Iguaçu têm um ponto em comum que diz respeito à operação da visitação turística, que é administrada por empresas privadas, por meio de concessão. Isso significa que o parque concede à iniciativa privada o direito do uso da (s) zona (s) de visitação do parque. No caso específico do Parque Nacional do Iguaçu, a empresa responsável pela gestão do parque detém concessão de uso de 3% da área do parque.

**QUADRO 1: PÚBLICO NOS 5 PARQUES NACIONAIS MAIS VISITADOS ENTRE 2012 E 2014**

PARNAS	2012		2013		2014	
	Visitantes	% do Total Nac.	Visitantes	% do Total Nac.	Visitantes	% do Total Nac.
<b>Tijuca</b>	2.536.549	47%	2.899.972	49%	3.113.913	47%
<b>Iguaçu</b>	1.535.382	28%	1.518.876	26%	1.550.607	24%
<b>Jericoacoara</b>	-	-	-	-	400.400	6%
<b>Brasília</b>	318.160	6%	247.836	4%	229.119	3%
<b>Serra dos Órgãos</b>	137.962	3%	132.246	2%	217.764	3%
<b>TOTAL NACIONAL</b>	<b>5.431.319</b>	<b>83%</b>	<b>5.951.642</b>	<b>81%</b>	<b>6.594.870</b>	<b>84%</b>

**FONTE: ICMBio (2014). ORGANIZAÇÃO: Os autores**

[http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/ranking\\_visitantes\\_UC\\_2012\\_a\\_2014.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/ranking_visitantes_UC_2012_a_2014.pdf)

A definição de uso público está associada ao processo de visitação das áreas protegidas, podendo se manifestar mediante atividades educativas, de lazer, esportivas, recreativas, científicas e de interpretação ambiental, que proporcionam ao visitante a oportunidade de conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e culturais existentes (Brasil, 2005).

A visitação turística nos parques envolve a atuação conjunta e complementar de três atores: os gestores, os visitantes e os prestadores de serviços. De acordo com Vallejo (2013), os visitantes são os grandes “consumidores” dos atrativos territoriais, os prestadores de serviço atuam na promoção e em parte da conformação da infraestrutura. Cabe aos gestores dos parques o papel mais complexo de planificação e gestão.

Nesse sentido, fator relevante é compreender quem são os visitantes efetivos e potenciais do parque, e, sobre isso, Rodrigues (2009) alerta para o fato de que os fluxos podem ser de moradores ou de turistas propriamente. Todavia, independentemente da origem, o visitante do parque necessita contratar serviços (como alimentação e serviços de guias), bem como equipamentos para usufruir dos atrativos do parque, o que gera demandas de gestão equiparáveis, independente se predominam visitas de moradores ou turistas.

Inúmeros são os benefícios que o uso público das áreas protegidas pode trazer ao visitante, dentre as quais estão: as atividades físicas, o ar puro, a contemplação dos elementos naturais, contato com a natureza, caminhadas, entre outros que trazem benefícios à saúde. Para Leuzinger (2010), além desses benefícios pessoais, os ganhos gerados para a população do entorno podem constituir uma importante forma de se contornar os conflitos advindos da instituição do parque.

Do ponto de vista econômico, a visitação pode servir como uma forma de arrecadação que custeia parte das demandas da própria área e também contribui no financiamento de despesas com outras unidades menos atrativas de um sistema nacional, estadual ou mesmo municipal. Atualmente, esse procedimento vigora apenas em alguns parques públicos no Brasil e em propriedades particulares (Vallejo, 2013).

Nessa perspectiva, Medeiros e Young (2011) apresentaram o estudo intitulado "Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Relatório Final" que destacou entre seus vários resultados, dois intrinsecamente ligados à visitação pública em Parques Nacionais. São eles: 1) a visitação nos 67 Parques Nacionais existentes no Brasil tem potencial de gerar entre R\$ 1,6 bilhão e R\$ 1,8 bilhão por ano, considerando as estimativas de fluxo de turistas projetadas para o país (cerca de 13,7 milhões de pessoas, entre



brasileiros e estrangeiros) até 2016, ano das Olimpíadas; 2) a soma das estimativas de visitação pública nas unidades de conservação federais e estaduais consideradas pelo estudo indica que, se o potencial das unidades fosse adequadamente explorado, cerca de 20 milhões de pessoas poderiam visitar essas áreas em 2016, com um impacto econômico potencial de cerca de R\$ 2,2 bilhões naquele ano (Medeiros & Young, 2011, p.7)

Para Rodrigues (2009), a prestação de serviços turísticos de apoio ao processo de visitação em parques nacionais permeia quatro aspectos: 1) o incremento de recursos para gestão e manejo dos parques a partir da prestação de serviços; 2) os contratos firmados com atores da iniciativa privada (prestadores de serviços), que deve primar pelo princípio do equilíbrio econômico-financeiro; 3) a gestão da visitação deve garantir acesso a serviços adequados, em termos de preços, qualidade, segurança, acessibilidade; 4) o fator de multiplicação econômica derivado da prestação de serviços nos parques deve contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da localidade (efeitos da cadeia produtiva do turismo).

A título ilustrativo, no que diz respeito aos modelos de gestão de parques voltadas à atividade turística e que conseguiram comprovar sua viabilidade econômica, estudos de caso realizados nos Estados Unidos com os parques de *Yellowstone* e *Crescent Moon Ranche*, e, na Nova Zelândia (Parque Nacional de *Tongariro* e Parque Nacional de *Abel-Tasman*) mostraram a viabilidade das Parcerias Público-Privada (PPP) ou de sistema de concessão de atividades específicas dentro dos parques (SEMEIA, 2014).

No caso do Parque Yellowstone<sup>3</sup> foi adotado para sua administração um sistema de PPP no qual cada serviço por ele ofertado é objeto da concorrência entre empresas interessadas e a vencedora tem um “monopólio regulado” da atividade por um período médio de cinco anos. Além das concessões relativas ao turismo, o parque tem um acordo com a *Diversa Corporation*, para a extração de material genético. Esse acordo estipula a transferência de recursos financeiros para o parque e o pagamento de royalties por qualquer produto comercializado que envolva material desenvolvido a partir dos recursos genéticos do parque (SEMEIA, 2014).

Na Nova Zelândia, no Parque Nacional de Tongariro (TNP), são contabilizados 98 contratos de concessão (entre lojas e restaurantes a serviços especializados de passeios guiados). As atividades concessionadas que geram o maior volume de receita são: caminhadas guiadas, transporte, acomodação e administração das pistas de esqui. De acordo com o

---

<sup>3</sup> O Parque Yellowstone foi criado em 1872, nos Estados Unidos (cuja área abrange Wyoming, Montana e Idaho), é o mais antigo do mundo e um dos mais visitados desse país.



*Department of Conservation* (DOC), em 2002 as concessões movimentaram US\$ 24,6 milhões. Quando são aplicados os multiplicadores para inferir os efeitos indiretos para a região, estima-se que nesse caso a movimentação anual chegou a gerar US\$ 35,4 milhões. Ou seja, cada dólar gerado com as atividades concedidas produziu 43 centavos na região do entorno (SEMEIA, 2014).

Esses exemplos podem aportar elementos para a reflexão sobre a gestão e a sustentabilidade dos parques brasileiros. Observa-se que o uso turístico e de lazer do parque requer a habilidade de fomento dos fluxos de demanda associado à articulação da oferta de serviços turísticos, cujo intuito deve ser tornar a experiência do visitante positiva e atender às suas expectativas de encontro com o ambiente natural. Dessa articulação advém a fonte de sustentabilidade econômico-financeira dos parques, que de outra maneira, ficam exclusivamente dependentes do subsídio público. O ciclo de sustentabilidade só se sustenta se essa estratégia envolver o beneficiamento e a inclusão da população do entorno do parque.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa, delineada como exploratória, combinou inicialmente revisão bibliográfica e análise documental. Inicialmente fez-se necessária imersão bibliográfica sobre a temática e análise de documentos, em particular aqueles produzidos pelo Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Chico Mendes. Na sequência, foram realizadas coletas de dados primários e secundários. Por fim procedeu-se com análise quali-quantitativa (Prodanov & Freitas, 2013; Vergara, 2000; Gil, 1999).

No que se refere aos procedimentos, o desenvolvimento da pesquisa foi subdividido em quatro etapas, a seguir:

**Etapa 1:** Etapa destinada à revisão bibliográfica, possibilitou embasamento conceitual e teórico e precisão conceitual sobre a relação turismo e parques, assim como levou à identificação das diferentes modalidades de turismo compatível com os parques e o aporte legal na legislação brasileira que sustenta o uso turístico em parques. O levantamento realizado se pautou na definição das seguintes palavras-chave: Turismo em áreas naturais, Ecoturismo, Parques, Conservação Ambiental, Gestão de Parques, Unidades de Conservação, Parques no Litoral do Paraná. Nesta Etapa iniciaram-se também a pesquisa documental nas bases do ICMBIO, Instituto Ambiental do Paraná e Ministério do Meio Ambiente. Foram levantadas e sistematizadas informações a respeito de Unidades de Conservação no Brasil e no Litoral do Paraná.

**Etapa 2:** Foi realizada coleta de dados secundários, cujo meio de acesso foram as bases de dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério de Turismo (MTur). Importante destacar que o Parque não possui um Centro de Visitantes e que os dados referentes ao fluxo de visitação são sistematizados pelo Instituto.

**Etapa 3:** Envolveu o aprofundamento das pesquisas bibliográficas e delineamento da melhor estratégia para coleta de dados primários, particularmente a respeito da realização de entrevista junto ao gestor do parque, considerado ator chave da pesquisa. Optou-se por adotar a entrevista estruturada, referenciada em Boni e Quaresma (2005) e Minayo (2015). O roteiro utilizou como base o formulário da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo em 2011, parte integrante do Inventário da Oferta Turística - Categoria C1 – Atrativos Naturais (MTUR, 2011). O mesmo passou por adaptações em sua forma completa pois abrangia todas as categorias de Unidades de Conservação contempladas pela legislação ambiental nacional. Permaneceram apenas os itens relativos à categoria dos Parques.

**Etapa 4:** Consistiu na sistematização e análise dos dados coletados e elaboração de relatório. A efetivação dessa etapa contou, fundamentalmente, com os recursos da Análise de Conteúdo combinada à análise de dados secundários. As categorias oferta turística/gestão e atividade/uso turístico possibilitaram o processo analítico e interpretativo dos resultados (Bardin, 2011; Moraes, 1994; 1999).

## 4. TURISMO E O PARNA SAINT-HILAIRE/LANGE NO LITORAL DO PARANÁ

### 4.1 Contextualização do Parna Saint-Hilaire/Lange

A década de 1980 representou um período crucial para a conservação ambiental do litoral do Paraná, sendo marcada pela implantação de uma política de proteção ambiental que derivou na criação de Unidades de Conservação, na intensificação e regulamentação de algumas atividades agrícolas e pesqueiras, bem como no incentivo para o plantio de palmito nativo (Pierri, 2003).

De forma geral, as unidades de conservação totalizam 32 no litoral, compostas por: 12 Parques; 3 Estações Ecológicas; 3 Áreas de Proteção Ambiental; 1 Floresta Estadual; 10 Reservas Particulares de Patrimônio Natural; 1 Área de Relevante Interesse Ecológico; 1 Área Especial de Interesse Turístico e 1 Reserva Biológica (Fonseca Neto, 2015; Chemin & Abrahão, 2014).

Conforme o QUADRO 3, no âmbito dos Parques, tem-se que as 12 unidades foram criadas entre os anos de 1981 e 2014, cuja área total é de 132.637,35 hectares. As três esferas públicas são intervenientes na questão, com maior ênfase para a esfera estadual, em termos de quantidade de unidades criadas ao longo desse intervalo. Outro aspecto é que nesse conjunto, quatro parques (1/3 do total) são federais, um deles, o Nacional da Ilha dos Currais, representa o primeiro parque marítimo do Paraná. Os parques terrestres nacionais respondem por 81% da área total delimitada dos parques da região. O maior deles, por sua vez, é o Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange que representa 45% da área sob responsabilidade federal.

**QUADRO 2: PARQUES NO LITORAL DO PARANÁ**

Nome	Ano de criação	Esfera Administrativa	Área (ha)	Municípios abrangidos	Visitação
Parque Estadual Rio Da Onça	1981	Estadual	118,51	Matinhos	Sim
Parque Nacional do Superagui	1989	Federal	33.860,36	Guaraqueçaba	Sim
Parque Estadual da Graciosa	1990	Estadual	1.189,58	Morretes	Não
Parque Estadual Pico do Marumbi	1990	Estadual	8.745,45	Piraquara, Quatro Barras e Morretes	Sim
Parque Estadual do Pau Oco	1994	Estadual	905,58	Morretes	Não
Parque Estadual Roberto Ribas Lange	1994	Estadual	2.698,69	Antonina e Morretes	Não
Parque Nacional <i>Saint-Hilaire / Lange</i>	2001	Federal	24.500	Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá	Sim/ Visitação não manejada
Parque Estadual do Boguaçu	2002	Estadual	6.660,64	Guaratuba	Não
Parque Estadual da Ilha Do Mel	2002	Estadual	337,84	Paranaguá	Sim
Parque Estadual Pico Paraná	2002	Estadual	4.333,83	Campina Grande do Sul e Antonina	Não
Parque Nacional Marinho Ilha dos Currais	2013	Federal	-	Pontal do Paraná	Não
Parque Nacional do Guaricana	2014	Federal	49.286,87	Guaratuba, Morretes, São José dos Pinhais	Não

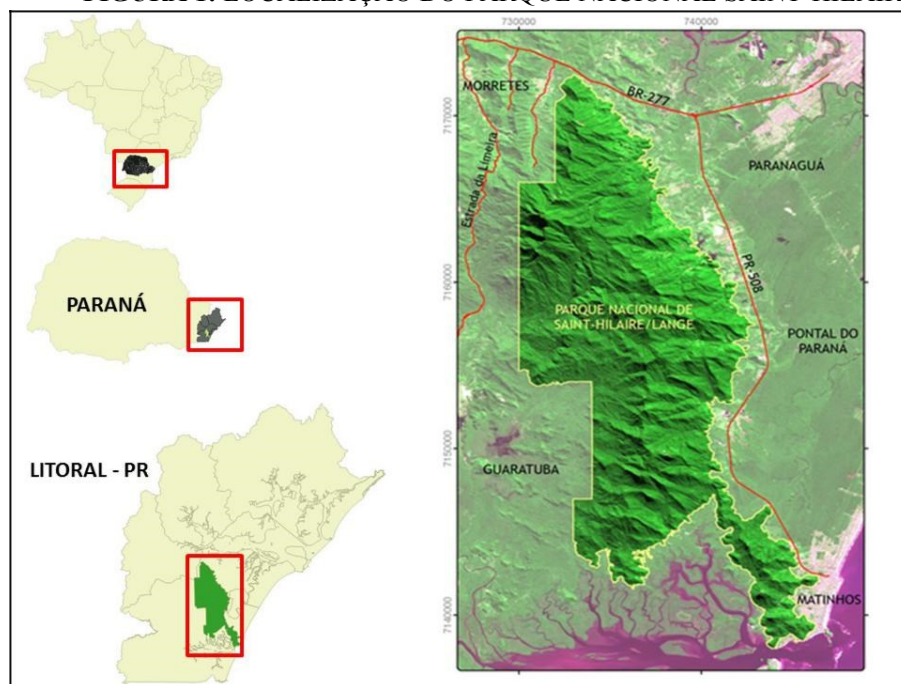
FONTE: IAP, 2013; ICMBio, 2015. Organização: Os autores.

O Parque Nacional de *Saint-Hilaire/Lange* foi criado pela Lei Federal nº 10.227 de 2001 com o objetivo de "proteger e conservar ecossistemas de Mata Atlântica existentes na área e assegurar a estabilidade ambiental dos balneários sob sua influência, bem como a qualidade de vida das populações litorâneas".

Sua localização (FIGURA 01) compreende a região meridional da Serra do Mar do Paraná, "fazendo divisa com a baía de Guaratuba, com a planície litorânea e com o vale do

Rio Cubatãozinho. Abrange regiões que variam de 10 metros sobre o nível do mar até as montanhas do maciço Serra da Prata, com altitudes superiores a 1.400 metros”. Sua área de aproximadamente 24.500 hectares divide-se entre os municípios de Guaratuba (51,72%), Paranaguá (34,59%), Matinhos (12,17%) e Morretes (1,52%).

**FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL SAINT-HILAIRE/LANGE**



**FONTE: Parque Nacional de Saint Hilaire/Lange**  
<https://parnasainthilairelange.wordpress.com/mapa/>

Sob o ponto de vista de divisão política-administrativa, a localização física do parque está inserida na área-núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e na Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba e abrange os municípios de Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá (Figura 02).

Em termos de riqueza biológica, o PARNA de Saint-Hilaire/Lange abriga uma relevante diversidade faunística e diferentes tipologias da Floresta Atlântica tais como Floresta Ombrófila Densa Submontana, Floresta Ombrófila Densa Montana e Floresta Ombrófila Densa Alto Montana, Refúgios Vegetacionais (Campos de Altitude) e da vegetação secundária. A gestão é realizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

## 4.2 Oferta Turística e Gestão

Um dos primeiros aspectos identificados, em relação ao Parque, diz respeito à questão de visibilidade e divulgação. Nesse sentido, foi constatado que não existem mecanismos de sinalização do parque que indiquem a entrada ao longo da rodovia que lhe dá acesso. Nesse sentido, o gestor do parque afirma ser possível encontrar em trechos da BR 227 algumas placas de sinalização que informam sobre os limites do parque (como área protegida que desempenha um papel de conservação da biodiversidade), todavia sem estímulo à visitação, em que pese o fluxo intenso de turistas nessa rodovia. Por outro lado, fora registrada a disponibilidade de sinalização interna. Adicionalmente foi informado que a Unidade não é parte integrante de roteiros e guias de finalidade turística.

No que se refere à divulgação por meio digital, identificou-se que o parque dispõe de *link* na página do ICMBio e blog na rede mundial de computadores, nos quais é possível encontrar diversas informações sobre a Unidade. São informações de caráter técnico e também sobre a gestão, acesso e os atrativos do parque.

Em termos de acesso, não há transporte regular específico para o PARNA *Saint Hilaire/Lange*, todavia a Unidade desfruta de localização estratégica. Está próximo à BR 277, rodovia duplicada que possibilita deslocamento rodoviário em torno de 1 hora e 30 minutos até a capital do Estado, Curitiba, como para o Aeroporto Internacional Afonso Pena (distância de 96Km). De outro modo a PR 508, entre a BR 277 e a cidade balneária de Matinhos, margeia longitudinalmente os limites a leste do Parque. Considerando os limites do Parque, a estação rodoviária e pontos de táxi mais próximos são os do município de Matinhos (situados a 200m). Já a estação ferroviária é a de Morretes (16km).

No que diz respeito à estrutura e funcionamento do Parque, ele está aberto à visitação, com finalidades de passeio, aventura e pesquisa, embora não disponha de estrutura de receptivo turístico, como centro de informações, portaria principal, guarita e bilheteria. A visitação pode ser realizada ao longo da semana, o ano inteiro, e é gratuita.

São cinco atrativos considerados principais, quais sejam: Torre da Prata (Montanhismo), Morro de Escalvado, Salto do Parati, Salto do Tigre, Cachoeira da Quintilha. O parque possui um posto de informações localizado na sede administrativa, com atendimento em inglês, na área urbana da cidade de Matinhos. O agendamento para realização das visitas turísticas é opcional e somente a visita ao atrativo da Torre da Prata possui um sistema específico de controle.

Observa-se que existe um potencial significativo, seja do ponto de vista da oferta, bem como em relação à demanda para a organização do turismo nesse PARNA. A sua efetivação colocaria em prática os objetivos de criação dos parques na região, que aliam preservação e desenvolvimento, conforme indicam Abrahão e Chemin (2014). De outro lado, o estado de sub-aproveitamento corrobora o quadro nacional delineado nos estudos de Henry-Silva (2005) e Medeiros e Young (2011).

Os perfis de turistas da Unidade englobam os veranistas e os montanhistas. Os veranistas são os visitantes que costumam visitar o parque nos meses da temporada de verão (Dezembro, Janeiro, Fevereiro) durante sua estada nos municípios praianos (Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná), que estão na área de entorno do parque e chegam a acolher<sup>4</sup> até 1 milhão de turistas. O perfil de visitantes da categoria montanhistas é composto por visitantes praticantes das subidas de morros, cuja frequência é registrada nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro.

O Parque recebe turistas de diversos centros emissores, de abrangência regional, estadual, nacional e internacional. A região metropolitana de Curitiba se destaca como principal ponto de origem dos visitantes. Dentre aqueles que são provenientes de outros estados se destacam Mato Grosso do Sul (MS), São Paulo (SP) e Santa Catarina (SC). Já os estrangeiros são predominantemente originados do Paraguai, Argentina e Uruguai. Esse fluxo reitera o potencial financeiro de arrecadação que está subaproveitado (Vallejo, 2013), especialmente, em decorrência dessa ligação com expressivo núcleo de emissão turística configurado pela Região Metropolitana de Curitiba (PDITS, 2011).

No que tange à gestão administrativa, deve-se destacar que ainda não existe o plano de manejo conforme estipulado por lei. Porém, como ponto positivo, pode ser citado o funcionamento do Conselho Gestor da APA de Guaratuba, constituído por 40 instituições, representando governos, comunidade e terceiro setor. Para as atividades internas, o PARNA conta com uma equipe de onze pessoas, sendo 3 analistas ambientais, 1 técnico administrativo, 6 terceirizados (4 vigilantes, 1 serviço administrativos e 1 limpeza) e 1 estagiário.

Já do ponto de vista financeiro, as despesas e investimentos dependem exclusivamente de recursos advindos do Governo Federal por meio do ICMBio. Não há doações de outras instituições, nem cobranças para entrada. Conforme os dados sistematizados na Tabela 2, houve nos últimos anos houve um acréscimo no valor orçado para gestão da Unidade

---

<sup>4</sup> Estudo de Demanda Turística do Litoral do Paraná, disponível em [www.turismo.pr.gov.br](http://www.turismo.pr.gov.br).

(aumento de 62,5%, considerando o período 2011 - 2014). Essa dependência fragiliza a própria gestão do parque, ao mesmo tempo em que permite vislumbrar que a fonte potencial relacionada à arrecadação de taxas de visitantes, apontada por Vallejo (2013) e Medeiros e Young (2011), seria alternativa de fortalecimento da gestão, ampliando sua autonomia financeira.

**TABELA 2: VERBA DESTINADA AO PARNA SAINT HILAIRE/LANGE ENTRE 2011 E 2014**

Ano	Valor (R\$)
2011	193.650,00
2012	225.170,00
2013	288.520,00
2014	314.730,00

**FONTE: Pesquisa de campo (Entrevista com Gestor).**

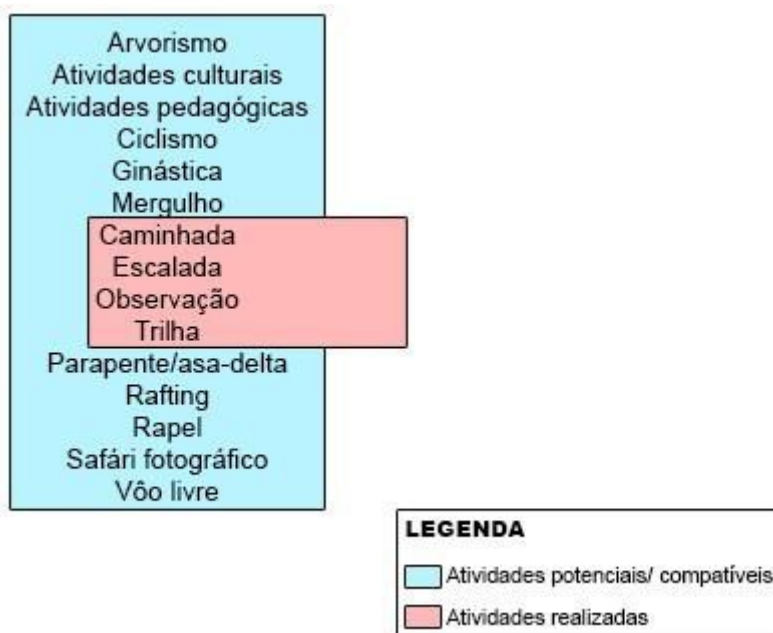
O estado de conservação da Unidade foi classificado como muito bom. Todavia não foi indicada a realização de atividades com a comunidade do entorno, a não ser o que se constitui via funcionamento do Conselho Gestor. Aspecto que também explicita fragilidade na gestão do PARNA, posto que a relação com a população de entorno tende a ser uma aliada na preservação, mas também pode consistir em ameaça, quando ela avalia que sua delimitação constitui um elemento negativo para seus interesses. Nesse sentido, Leuzinger (2010) é contundente em relevar a necessidade de uma gestão que estabeleça ganhos objetivos e subjetivos para a população de entorno.

### 4.3 Atividades e Uso Turístico

A última frente de análise do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange se ateve ao estudo das atividades e uso turístico, na qual foi sistematizada a correlação entre as atividades potenciais/ compatíveis na Unidade e as atividades efetivamente praticadas (FIGURA 2). De um total de 23 atividades elencadas como opção, este PARNA efetiva quatro, a saber: caminhada, observação, escalada e trilhas. Nenhuma outra atividade foi indicada como meio de ampliação da lista de opções.



**FIGURA 2:** Parque Nacional *Saint-Hilaire/Lange* - correlação entre Atividades Potenciais/ Compatíveis e Atividades Realizadas



**Fonte:** Pesquisa de campo (Entrevista com Gestor). **Organização:** Os autores, 2015.

A correlação indica baixo número de atividades turísticas frente ao potencial do Parque. De outro modo, as atividades assinaladas como efetivamente realizadas possuem em sua natureza baixa dependência de gestão, promoção e estruturação da UC. Caminhadas, escaladas, observação e trilha são realizadas com pouco ou nenhum investimento, instalações e obras de apoio, pois se articulam em torno da vontade e disponibilidade de equipamentos disponibilizados pelo próprio praticante.

Todavia deve-se ressaltar que o investimento em infraestrutura não apenas favorece o desenvolvimento das atividades supracitadas, em particular, a observação da natureza e a realização de trilhas, como pode garantir que elas se estabeleçam como apoio em atividades de educação ambiental. Rodriguez (2009) destaca que os serviços de suporte ao turismo são basilares para que a atividade turística se desenvolva como uma aliada efetiva no atingimento dos objetivos dos parques.

Contudo, diante das informações a respeito de equipe e recursos, a oferta desse conjunto de atividades depende em primeiro passo do delineamento de um modelo de gestão do turismo. Ou o regime de concessão, conforme ilustrado no item 3, ou sob a articulação e investimento do Setor Público, mediante a implantação de políticas públicas multisetoriais (meio ambiente; turismo, outros) para incentivo à estruturação de Parques com vistas à visitação turística e comunitária. Envolve na sequência a capacidade de gestores em articular

a oferta de serviços, ao mesmo tempo em que se necessita de estímulo à demanda, por meio de ações de promoção dos parques nacionais.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O litoral do Paraná é uma região que concentra diversas unidades de conservação, em cuja configuração se destaca o delineamento de doze parques. As categorias de manejo e as formas de gestão empregadas conferem à região a capacidade de manter ainda sua cobertura vegetal e, por conseguinte, atender aos objetivos de conservação ambiental. Todavia, não se percebe que o turismo tenha conseguido cumprir seu papel de aliar tal objetivo ao de desenvolvimento, particularmente, por meio do transbordamento dos efeitos positivos para a comunidade de entorno.

O desafio contemporâneo é garantir às unidades de conservação formas sustentáveis de se perenizarem, ao mesmo tempo em que se requer delas a capacidade de irradiar efeitos positivos para as comunidades do entorno. Nesse sentido é que se percebe a contradição entre os potenciais e o que de fato tem sido realizado no que se refere aos parques do litoral do Paraná, em particular do Parque *Nacional Saint-Hilaire Lange*. Para além disso, percebe-se que há um desperdício do potencial de arrecadação financeira do parque com o estabelecimento de uma política de investimento no turismo.

Os resultados da pesquisa permitiram vislumbrar o potencial para o uso turístico desse parque. Por ser uma área protegida voltada a conservação da biodiversidade e ao uso público a unidade constitui um ótimo atrativo para as práticas de lazer e turismo em contato com a natureza. No entanto, ainda não dispõe de uma verdadeira estrutura física e de serviços para o turismo, requerendo investimento e visão de desenvolvimento turístico, o que possibilitaria reposicionar o PARNA Saint-Hilaire entre os poucos beneficiados pela aliança entre turismo, conservação de áreas naturais e educação ambiental.

Os dados levantados pela pesquisa retratam a realidade atual da estrutura de visitação pública do parque. No entanto, para melhorar efetivamente essa estrutura de uso público, é necessário pensar em um modelo de gestão que envolva a interação eficiente de vários atores: Governo Federal, Instituições de promoção de Turismo, Secretarias Municipais de Turismo, bem como os atores privados, em particular os prestadores de serviços turísticos.

Duas questões básicas devem ser abordadas: a gestão administrativa e cotidiana do parque e o fomento da atividade turística em si. Em um primeiro momento, trata-se de

resolver as dificuldades inerentes à gestão diária do parque como as infrações, a falta de equipamentos, o monitoramento das espécies, entre outros.

Em um segundo momento, é preciso pensar em formas e mecanismos que auxiliem melhor na promoção do Ecoturismo no parque que sejam por meio de Parcerias Público – Privadas, Parceria com a comunidade, Universidades e Programas de voluntariados. O parque ainda não integra nenhum roteiro nem guia de turismo da região. Tornar isto realidade seria um grande avanço para a publicização da unidade e para sua perenização.

## REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa. Edições 70.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal.
- \_\_\_\_\_. (2000). *Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Anais do Diário Oficial da União*, 18 de julho de 2000. Estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação e regulamentou o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal.
- \_\_\_\_\_. (2015). Ministério do Meio Ambiente (MMA). *Biodiversidade*. Recuperado em 20 de julho, 2015, de <http://www.mma.gov.br/biodiversidade>.
- \_\_\_\_\_. MTUR. (2015). *Ministério do Turismo. Inventário da Oferta Turística. CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS*.
- Chemin, M., & Abrahão. C. M. S. (2014). Integração territorial do litoral do estado do Paraná (Brasil): transportes, balnearização e patrimonialização na formação e dinâmica do espaço turístico. *Revista Ra'e Ga*, 31, 212-239. Curitiba, jun.
- CNUC. *Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Unidades de Conservação por Bioma*. Recuperado em 20 de julho, 2015, de [http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC\\_Bioma\\_Fevereiro\\_2015.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_Bioma_Fevereiro_2015.pdf).
- Fonseca, N. J. C. (2015). *Ambiente do Litoral Paranaense*. Recuperado em 21 de julho, 2015, de <http://www.cem.ufpr.br/litoralnotacem/textos.htm>.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. SP: Atlas.
- Henry-Silva, G. G. A. (2005). A importância das unidades de conservação na preservação da diversidade biológica. *Revista LOGOS*, (12), 127-151.
- ICMBio. (2015). *Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Quem Somos*. Recuperado em 20 de julho, 2015, de <http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/o-instituto.html>.

Leuzinger, M. D. (2010). Uso público em unidades de conservação. *Anais do 8º Congresso do Magistério Superior de Direito Ambiental da APRODAB*, PUC- Rio de Janeiro.

Medeiros, R. (2006). Evolução das tipologias e categorias de Áreas Protegidas no Brasil. *Revista Ambiente & Sociedade*, 9(1). Jan./jun.

Medeiros, R., & Young, C. E. F. (2011). *Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Relatório Final*. Brasília: UNEP-WCMC, 120.

Meneguel, C. A., & Etchebehere, M. L. C. (2011). Parques nacionais no Brasil e a prática do turismo sustentável. *Revista Hospitalidade*, 8(1), 78- 94. São Paulo, jan.-jun.

Minayo, M. C. S. (2015). Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *Anais de Minayo, M. C. S. (Org). Pesquisa social – teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes.

Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Anais da Revista de Educação*, 22(37), 7-32. Porto Alegre, RS.

\_\_\_\_ (1994). Análise de Conteúdo: limites e possibilidades. *Anais de ENGERS, M. E. A. (Org). Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação*. Porto Alegre, RS, EDIPUCRS.

Myers, N.; Mittermeier, R. A.; Mittermeier, C. G.; Fonseca, G. A. B. da; Kent, J. (2000). Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, 403, 853-858.

PDITS. (2010). Plano Integrado do Turismo Sustentável. *Polo Turístico do Litoral Paranaense*. Recuperado em 03 de julho, 2014, em <http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/setu/pdf/institucional/PDTISProdutoLitoral.pdf>.

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos de Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico* (2a ed.). Novo Hamburgo: Feevale.

Rodrigues, C. G. O. (2009). *O uso público nos parques nacionais: as relações entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

SEMEIA. (2014). *Unidades de conservação no Brasil: a contribuição do uso público para o desenvolvimento socioeconômico* / Instituto SEMEIA. São Paulo, 53.

Simões, L. L. (2008). *Unidades de conservação: conservando a vida, os bens e os serviços ambientais*. São Paulo.

Tabarelli, M., Pinto, L. P., Silva, J. M. C., Hirota, M. M., & Bedê, L. C. (2005). Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira. *Anais da Megadiversidade*, 1, 132-138.

UNESCO. (2015). *Atlantic Forest South-East Reserves*. Recuperado em 05 de outubro de, 2015, de <http://whc.unesco.org/en/list/893>.

Boni, V., & Quaresma, S, J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2(1), 68-80. Janeiro-julho.

Vallejo, L. R. (2013). Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. *Anais de Uso Público em Unidades de Conservação*, 1(1), Niterói – RJ.

Vergara, S. C. (2000). *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. (3a ed.). São Paulo: Atlas.